

ATUALIDADE ECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ano 25

Nº 62

Julho/Dezembro/2014

CONTEÚDO

Migrações de trabalho e do capital: reflexões acerca da burocracia brasileira.

Gabriel Luiz Manrique Ursini e Thais Ebert Poleza

1

Recessão Técnica do PIB em 2014/2 e a sua Relação com o Investimento e a Poupança

Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski e Berward Eicke Junior

6

Os riscos ao agronegócio do leite no Brasil

Francisco Gelinki Neto

10

Migrações de trabalho e do capital: reflexões acerca da burocracia brasileira.

Gabriel Luiz Manrique Ursini¹
Thais Ebert Poleza²

O presente esboço tem como objetivo comparar a burocracia³ dos capitais financeiro e produtivo com a burocracia da mão de obra, no que se refere ao objetivo de migração. Evidenciam-se, de forma focalizada no Brasil, aspectos das relações de trabalho e do capital contemporâneos.

1. Relações de trabalho em nível global

A busca pela compreensão das relações de trabalho em perspectiva global deve levar em conta o fato de que a sociedade não se estrutura de forma uniforme e, muito menos, sem desigualdades. “A divisão do trabalho em escala mundo (ou de uma economia-mundo) não é um acordo concertado e revisível a cada momento entre parceiros iguais” (BRAUDEL, 1996, p. 37). Dessa forma, a estruturação do trabalho no mundo obedece as realidades desiguais mundiais, dividida entre áreas com melhores ou piores condições de vida onde, mesmo dentro de uma área com características que possam ser relativizadas como “semelhantes”, periféricas, semiperiféricas ou centrais, o processo de desenvolvimento econômico e, mais precisamente, as relações sociais e de trabalho, se dão de forma desigual.

A ordem social está sempre se construindo de um modo bastante monótono, de acordo com as necessidades econômicas básicas. [...] É claro que essa adaptação do social ao econômico nada tem de mecânico ou automático, que há imperativos de conjunto, mas também divergências e liberdades, diferenças notáveis conforme as culturas e até conforme os ambientes geográficos. Nenhum esquema se adapta inteira e perfeitamente à realidade. [...] Pois não há sociedades sem a presença de forças em conflito. Também não há sociedades sem hierarquia, isto é, *grosso modo*, sem redução das massas que as compõem ao trabalho e à obediência. (BRAUDEL, 1996, p. 50-51)

¹ Bacharel em Ciências Econômicas e acadêmico do curso de História pela UFSC.

² Bacharela em Direito pela FURB.

³ Burocracia referindo-se as regras ou procedimentos nas quais a mão de obra e o capital, produtivo e financeiro, devem se submeter para realizar a migração.

A mão de obra, em uma ponta dessa dinâmica, possui anseios no que se refere a melhores condições de trabalho. Na outra ponta, é necessário destacar que custos menores para o capital produtivo implicam, em vários momentos, em menores salários. Porém, também implicam em luta por parte dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Contudo, os movimentos trabalhistas ao se misturar com a dinâmica da ordem capitalista mundial podem perder força. Beverly Silver (2005) aponta elementos que podem interromper a possibilidade de ganho de força dessa massa trabalhadora perante os ajustes econômicos globais: a “solução espacial” onde evidencia-se a transferência regional da produção; a “solução tecnológica/organizacional” que abrange mudanças de tecnologia ou de gestão organizacional que substituam parte da mão de obra; a “solução de produto” em que a produção fica restrita a produtos que possuam mercados com menor competitividade; por fim, a “solução financeira” que caracteriza-se pelo deslocamento do capital, destinado anteriormente para investimentos em produção, para investimentos especulativos e puramente financeiros.

Um elemento que merece destaque a fim de uma compreensão mais aguçada da realidade ou, como exposto ao longo da obra de Marx, em busca da “essência” do fenômeno, é dado pelo entendimento da adaptação da ordem social de forma decorrente à ordem econômica. Os investimentos privados tendem a seguir a lógica capitalista de busca por melhores condições produtivas a fim de auferir maiores lucros e obter ou manter “vantagens competitivas” (KEEGAN, 2000). Uma empresa deve, pelo prisma desse tipo de abordagem, de forma “imperiosa” adotar “uma estratégia global, em oposição à estratégia doméstica, num conjunto cada vez mais amplo de setores” (PORTER, 1999, p. 326). Internacionalizar a produção torna-se portanto um dos meios elementares na busca por maiores ganhos, o que remete à necessidade de produção em locais onde os custos, inclusive o de mão de obra, sejam menores.

Peixoto (2001) evidencia que a força de trabalho também deve acompanhar a mobilidade inerente aos meios de produção. Na busca por melhores condições de trabalho, como maiores salários, trabalhadores optam pela migração para poder suprir tal demanda. Todavia, é preciso que se leve em conta que a comparação entre a mobilidade do trabalho e a mobilidade do capital não seja igualitária. O autor deixa evidente que, proveniente dessa comparação, há uma certa “imobilidade” da força de trabalho perante a alta mobilidade do capital.

2. O caso empírico brasileiro

Muitos brasileiros viajam ao exterior em busca de outras perspectivas de vida. Já no local de destino, as normas trabalhistas são específicas para cada país, podendo um brasileiro trabalhar legalmente desde que obtenha no país a autorização exigida. Com relação ao aspecto jurídico, tendo em vista o direito dos trabalhadores estar na origem da internacionalização dos direitos humanos, vários são as instituições

internacionais que os protegem, dentre os quais destaca-se a Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Uma estimativa realizada pelo Ministério das Relações Exteriores em 2012, através de dados obtidos por relatórios remetidos por Consulados e Embaixadas, apresentou a distribuição de brasileiros por região do mundo, no qual os três continentes em que mais se encontram brasileiros são: América do Norte, Europa e América do Sul. Pormenorizando a pesquisa por países, os três que mais possuem brasileiros em seu território são: Estados Unidos, Japão e Paraguai. Destaca-se o número de 2,5 milhões de migrantes brasileiros no ano de 2012. Esse resultado evidencia uma redução de aproximadamente 30% em relação aos dados divulgados pelo Itamaraty em 2008, os quais foram calculados com base em relatórios daquele ano.

Considerou-se que tal redução faz sentido em face da nova situação econômica e das novas oportunidades de emprego que se abriram em nosso país, fator de atração fortalecido pelas crises e dificuldades financeiras pelas quais tem passado países de acolhida de brasileiros, o que leva a controles migratórios mais rígidos para entrada e permanência dos nossos nacionais em seus territórios, inibindo decisões de emigração e favorecendo o regresso, este que por sua vez estimulado por programas de retorno voluntário. (Ministério das Relações Exteriores, 2012, p. 1)

O Quadro 1 evidencia alguns aspectos da burocracia básica para a obtenção de vistos de trabalho para imigrantes que possuam o anseio de trabalhar no Brasil e, para emigrantes brasileiros nos três países principais destinatários. As informações foram obtidas com base em dados disponíveis nos sites dos seguintes órgãos: Ministério do Trabalho e Emprego, Missão Diplomática dos EUA no Brasil e a Embaixada Japonesa em São Paulo.

É possível ponderar que a quantidade de regras necessárias para que haja migração de trabalhadores é bastante diversificada e elevada. Contudo, é necessário que se compare tais dados com a burocracia necessária para a migração de capital financeiro e produtivo.

Quadro 1. Alguns aspectos burocráticos da migração brasileira.

PAÍS	ALGUNS ASPECTOS BUROCRÁTICOS
BRASIL	A concessão da autorização para trabalhadores estrangeiros no Brasil é dependente de 112 Resoluções Normativas desde o ano de 2007.
EUA	O tipo de visto varia, por exemplo, conforme o perfil do trabalhador, seja ele um especialista, um estagiário, ou um trabalhador que possui ou não alguma qualificação. Nos casos de trabalho temporário, este trabalho precisa de aprovação prévia por parte do Serviço de Cidadania e Imigração dos Estados Unidos, baseado em uma petição de trabalho submetida pelo empregador americano.
JAPÃO	A autorização para trabalhar no Japão leva em conta o enquadramento da atividade em alguma das seguintes: professor, artista, em atividades religiosas, jornalista, investidor/gerente de negócios, serviços jurídicos/contábeis, serviços médicos, pesquisador, instrutor, engenheiro, especialista em ciências humanas/serviços internacionais, transferido dentro da empresa, mão de obra qualificada, animador. O visto, em geral, tem uma validade de 3 meses. É necessário destacar que existem critérios diferentes para a concessão de vistos para parentes de japoneses.
PARAGUAI	Por ser um país do Mercosul, o Paraguai apresenta menores barreiras quanto à migração brasileira. Um cidadão brasileiro, desde que não possua antecedentes penais, pode solicitar uma residência no com direito a trabalho, comprovando que sua situação migratória é regular.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Missão Diplomática dos EUA no Brasil, Embaixada Japonesa em São Paulo, 2014.

Quanto ao capital financeiro, é possível observar que as regras também variam conforme o país. No caso brasileiro o investidor precisa declarar os “investimentos à Receita no ajuste anual do Imposto de Renda, recolher os impostos sobre ganho de capital e cumprir os trâmites para remessa de divisas ao exterior ou repatriamento das mesmas” (CALIL, 2014, sem página). Todavia, existem facilidades inerentes a esse tipo de operação. Uma delas, diz respeito à utilização de cartões de crédito internacionais para realização dos investimentos. Outra, diz respeito ao fato de que, com o avanço de meios de comunicação como a internet, o investidor pode realizar esse tipo de operação sem sair de casa. Várias são as corretoras brasileiras para investimentos que oferecem esse tipo de serviço no mercado nacional.

O capital produtivo precisa de um pouco mais de esforço tangível para que seus investimentos realizem a migração. Entretanto, basta que se verifique, por meio de um exercício interno, as disputas entre estados para a instalação de empresas multinacionais por meio da isenção de impostos, para que se verifique a dinâmica desse processo. Em regra, desde que não sejam afetadas as concepções *ricardianas*

de “vantagens comparativas” as nações estarão de portas abertas para esse tipo de investimento.

3. Considerações finais

A comparação entre a burocracia dos capitais financeiro e produtivo com a burocracia da mão de obra, ambos com o objetivo de migração, relativizada pelas relações de trabalho em nível global, é desigual. Comparando-se os dois tipos de migração pode-se afirmar que, comparada com a volatilidade do capital, a mão de obra se torna estática e cada vez mais influenciada pela dinâmica econômica mundial.

Referências:

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 2009- 3v.

CALIL, Mauro. *Folhainvest responde: brasileiro pode investir em ações no exterior?*

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/03/1422060-folhainvest-responde-brasileiro-pode-investir-em-acoes-no-exterior.shtml>

Acesso em 10 de setembro de 2014.

KEEGAN, Warren J. *Princípios de Marketing Global*: tradução: Sônia Schwartz, Cecília C. Bartolotti; revisão técnica Egydio Barbosa Zanotto, Ricardo Sampaio Zanotta. São Paulo: Saraiva, 2000.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Estimativas populacionais das comunidades*.

Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/> Acesso em 15 de setembro de 2014.

PEIXOTO, João A. “As migrações e a organização do espaço: novas dinâmicas territoriais e fluxos de trabalho nos contextos nacional e internacional”. In-. *Globalizações: Novos rumos no mundo do trabalho*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001 157-206p.

PORTER, Michael E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias da concorrência*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996. 362p.

SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005. 228 p.

Recessão Técnica do PIB em 2014/2 e a sua Relação com o Investimento e a Poupança

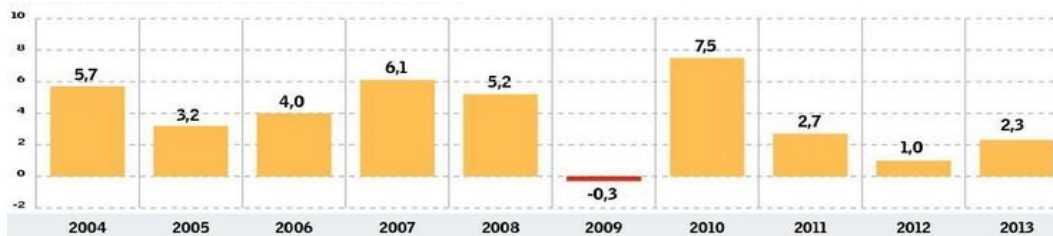
*Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski⁴
Berward Eicke Junior⁵.*

Este artigo faz parte do acompanhamento das Contas Nacionais feito no âmbito da disciplina Contabilidade Social do Curso de Economia da UFSC⁶. A análise ora apresentada é feita à luz da divulgação recente das Contas Trimestrais do segundo trimestre de 2014, que traz como destaque dois trimestres consecutivos de variação negativa do PIB, o que configura uma recessão técnica. O que se pretende nesta ocasião é resgatar o comportamento do PIB nos últimos anos e chamar a atenção para um aspecto mais preocupante do que a recessão técnica deste ano (e que pode estar no cerne desse fenômeno) que é o histórico baixo índice de investimentos e de poupança da economia brasileira.

Crescimento do PIB nos últimos anos

O ano de 2013 fechou com uma variação positiva de 2,3% em relação ao ano anterior (Gráfico 1). Esse valor trouxe um certo alívio à equipe econômica do governo após o comportamento de 1,0% em 2012. Alívio que foi carregado de uma boa dose de cautela na divulgação das previsões subsequentes. Vale recordar que, em 2011, após os 7,5% de crescimento do PIB de 2010 (denominado de “pibão” pela presidente Dilma), houve uma série de previsões alvissareiras que estimavam o crescimento do PIB de 2011 na faixa de 4,5 a 5%. Previsões essas que foram caindo ao longo desse ano até estacionarem nos 2,7% verificados de fato (GELINSKI E ZAMPIRON, 2013).

Gráfico 1. Taxa de crescimento do PIB em % (2004 a 2013)



Fonte: Soares e Martins (2014), dados do IBGE.

⁴ Professora de Contabilidade Social do Curso de Economia da UFSC. E-mail: carmen.gelinski@ufsc.br

⁵ Acadêmico do Curso de Economia da UFSC. E-mail: eberward@gmail.com

⁶ Ver por exemplo, Gelinski e Gelinski (2005); Gelinski e Zampiron (2013).

Se até 2012 o baixo desempenho da economia brasileira era atribuído ao fantasma da crise global de 2008-2009, a recuperação de 2013 parecia confirmar a percepção do Ministro Mantega de que “o pior já havia passado e que o fundo do poço já estava superado”. Essa percepção sem dúvida via-se fortalecida pela comparação da economia brasileira com a de importantes países industrializados como Estados Unidos, Canadá, Japão ou Alemanha (Figura 1).

Figura 1. Comportamento do PIB de países selecionados - 2013



Fonte: Valor Econômico (2014).

Recessão técnica e comportamento do Investimento e da Poupança

Se o comportamento do PIB de 2013 permitia sonhar com voos mais altos, as previsões para 2014 foram caindo ao longo do ano, tanto que o Jornal *Financial Times*, mesmo antes da publicação dos dados do segundo trimestre (em fins de agosto de 2014), já comparava essa queda à brincadeira da *dança da cordinha* - na qual é preciso passar por uma corda, que a cada rodada fica mais baixa⁷. Só até então a previsão do PIB para 2014 havia sido revista 13 vezes. Com isso as previsões do PIB de 2014 não são nada animadoras: para o Boletim Focus a previsão caiu de 2,5% para 0,3%⁸ no decorrer do ano.

A variação negativa do PIB de 0,2% e 0,6% nos dois primeiros trimestres de 2014 configuram uma recessão técnica. O ministro da economia amenizou o fato ao declarar que uma recessão propriamente dita se caracteriza por elevação do desemprego, falência de empresas, queda do consumo e da produção – observação correta da sua parte. Entretanto, mais preocupante do que discutir se de fato é uma recessão ou não é atentar para a baixa capacidade de poupança e investimento da economia brasileira, fato que está sem dúvida no cerne do seu baixo crescimento⁹.

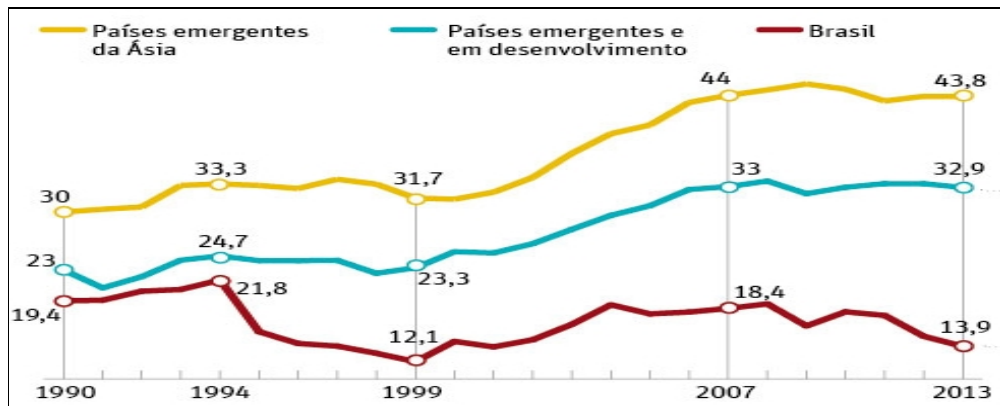
⁷ Ver infográfico em <http://g1.globo.com/economia/pib-da-danca-da-cordinha/index.html>

⁸ Dados do último boletim, publicado em 19/09/2014.

⁹ Isso não exclui o fato de que há um conjunto de razões que poderiam explicar a redução do PIB tanto pelo lado da oferta (comportamento dos setores produtivos – agropecuária, indústria ou serviços) quanto pelo lado da demanda (consumo, gastos governamentais, investimentos e setor externo).

Fraga (2014) revela o encolhimento gradativo da poupança doméstica desde 1990: de 19,4% do PIB para 13,9%. Essa queda não chamaria tanto a atenção se não se verificasse que no mesmo período a poupança doméstica de países emergentes e em desenvolvimento (dos quais o Brasil faz parte) cresceu quase dez pontos percentuais (de 23% para 32,9% do PIB - ver Gráfico 2). Enquanto esses países aproveitaram para criar um colchão de proteção a opção brasileira foi estimular o consumo.

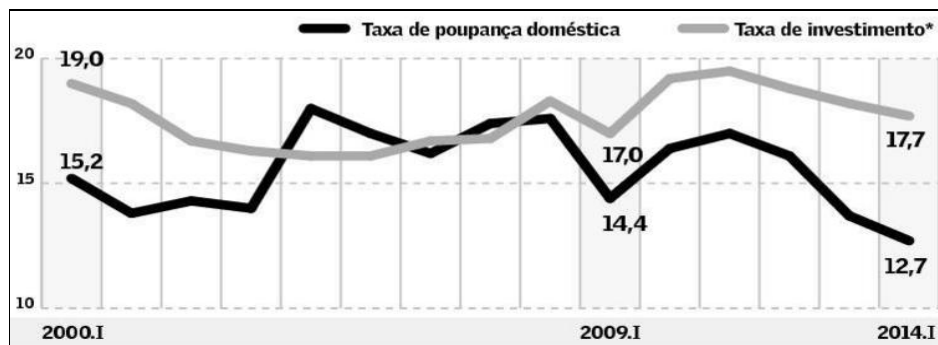
Gráfico 2. Taxa de poupança doméstica Países emergentes e Brasil (1990-2013)



Fonte: Fraga (2014).

Consumo esse que não se traduziu em elevação das taxas de investimento, que se mantém, em média, ao redor de 17 a 18% desde o início dos anos 2000. Nível que coloca o país dentre os emergentes com menores taxas de investimento, bem atrás de países como a China (47,9%), Índia (34,7%), Indonésia (33,6%), Tailândia (29,3%), Rússia (23,8%) ou até mesmo dos nossos vizinhos na América do Sul como Peru (27,6%), Equador (27,4%), Argentina (24,2%) ou Chile (24%). Mesmo com esse morno comportamento da taxa de investimento o descompasso entre investimento e poupança (Gráfico 3) gera preocupação.

Gráfico 3. Taxa de investimento e de poupança doméstica (2000.1 a 2014.1)



Fonte: Machado (2014).

E agora?

Mesmo concordando com o ministro da Fazenda de que os dados não configuram necessariamente um quadro recessivo não há como negar que estamos num período de estagnação. Se daqui a três meses, a revisão dos dados do segundo trimestre mostrar se houve ou não recessão técnica, isso não será tão preocupante quanto o fato do descompasso estrutural que há entre poupança e investimentos na economia brasileira. A insuficiência de poupança aumenta a nossa dependência do setor externo, que se revela no saldo das transações correntes do Balanço de Pagamentos, cuja série histórica disponível desde 1947 mostra que tivemos superávit em apenas uma meia dúzia de anos.

A falta interna de recursos para financiar os investimentos impõe severas travas à expansão da economia brasileira. Resta saber até quando as políticas econômicas em curso apostarão no incentivo ao consumo como estratégia para dinamizar a demanda agregada, ao invés de fazer esforços para aumentar os investimentos bem como aumentar os níveis internos de poupança.

Referências

- FRAGA, Érica. País poupa 58% menos que emergentes. **Folha de São Paulo**, 14 abr. 2014.
- GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez; ZAMPIRON, Eduarda Coelho. Nem “pibão”, nem “pibinho”: a possível recuperação do PIB de 2013. **Atualidade Econômica**, Florianópolis, Departamento de Ciências Econômicas, v. 24, n.60, p.1-4, 2013. Disponível em: <http://cnm.ufsc.br/files/2013/09/boletim-n.-601.pdf>. Acesso em 17 set. 2014.
- GELINSKI NETO Francisco; Carmem R. Ortiz Gelinski. Persistirá a queda do PIB da agropecuária? **Atualidade Econômica**, Florianópolis, Departamento de Ciências Econômicas, v. 17, n.48, p.23-26, 2005. Disponível em: <http://cnm.ufsc.br/files/2013/08/boletim-48-2005.pdf>. Acesso em 17 set. 2014.
- MACHADO, Tainara. Menor taxa de poupança desde 2000 compromete PIB futuro. **Valor econômico**, 2 de jun. 2014.
- SOARES, Elisa; MARTINS, Diogo. Investimento sobe mais que consumo das famílias e puxa alta de 2,3% do PIB. **Valor Econômico**, 28 fev. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3447232/investimento-sobe-mais-que-consumo-das-familias-e-puxa-alta-de-23-do-pib#ixzz3Dc2NkaHN> Acesso em 17 set. 2014.
- VALOR ECONÔMICO. Aumento do PIB surpreende, mas confiança ainda é baixa. 28 Fev. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3447304/aumento-do-pib-surpreende-mas-confianca-ainda-e-baixa#ixzz3DbqGuclI> Acesso em 17 set. 2014.

Os riscos ao agronegócio do leite no Brasil

*Francisco Gelinski Neto*¹⁰

1. Introdução

O objetivo principal deste ensaio é comentar sobre o risco que pesa sobre a cadeia de produção de leite no Brasil com as sucessivas fraudes identificadas no leite. Secundariamente mostrar a evolução de produção do setor e também o desejo de grandes grupos em participarem do negócio do leite no Brasil.

A produção brasileira de leite passou por períodos de dura reestruturação produtiva nos anos 90 e 2000. O setor, que sofria larga intervenção governamental (por mais de 45 anos) por meio de preços tabelados e restrição de importações, se viu exposto à concorrência feroz com importações da Argentina e também importações trianguladas da Europa. Isso tudo determinou exclusão de pequenos produtores provocando diversas manifestações ao longo dos anos 90. Os produtores fizeram distribuição gratuita de leite e derrame do mesmo em praças públicas, como forma de protesto à crise que atravessou o setor, pois as importações deprimiam os preços.

A severa seleção obrigou os produtores a melhorarem a qualidade e a produtividade dos seus rebanhos, que determinou aumento de produção no Brasil. Inclusive Leite (2002) ao comparar diversos períodos da história econômica brasileira verificou que a estabilidade econômica, do Plano Real, entre 1994 a 2005 foi mais eficiente para aumento da produção no setor. Esse crescimento teria superado os períodos de intervenção governamental e épocas de inflação.

A partir de 2005 o setor continuou a se modernizar inclusive instalando resfriadores nas propriedades e elevando ainda mais a produtividade leiteira por esforço genético, de manejo e melhoria de pastagens. Porém, ainda existem produtores que operam precariamente¹¹. A tabela 1 mostra a evolução da produção leiteira no Brasil entre 1980 a 2010. Verifica-se que justamente entre 1990 e 2000, período de abertura comercial e estabilidade econômica, o setor obteve maior ampliação em termos de produtividade, embora tenha aumentado somente 21 milhões de cabeças no período.

¹⁰ Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSC. F.gelinski@ufsc.br.

¹¹ O programa Globo Rural tem mostrado diversas reportagens que mostram a situação aludida.

Tabela 1. Rebanho, produção anual e produtividade leiteira Brasil (1980 a 2010).

ANO	Produção anual (bilhões de litros)	Produtividade média (litros/vaca/ano)	Cabeças vaca (Milhões)
1980	11,1	676	118,9
1990	14,4	759	147,1
2000	19,7	1105	168,8
2010	30,7	1340	209,5

Fonte: Zoccal (2012).

Nos anos recentes, desde 2010 aproximadamente, também tem ocorrido concentração no segmento de agroindústrias do setor leiteiro. Enquanto se reduz o número de grupos que atuam no setor também acontece a internacionalização pela venda a grupos estrangeiros. Esse é o caso da venda da Lácteos Brasil e da divisão de Lácteos da BRF para a Lactalis, grupo francês, que se autorizado pelo CADE terá um faturamento bruto estimado de R\$ 3,5 bilhões, com 6 mil funcionários e 15 mil fornecedores de leite em 8 estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Esses grupos estariam interessados no forte potencial de crescimento do mercado interno, pois, o Brasil é um dos cinco maiores mercados de laticínios. Em 13 anos, de 2000 a 2013 o consumo per capita anual passou de 50 para 170 quilos de acordo com a consultoria Milkpoint, e isso atesta o dinamismo e potencial do mercado, pois, os maiores consumidores, a Argentina, a França e os Estados Unidos consomem respectivamente 216, 219 e 257 quilos per capita. (ROCHA, 2014).

2. Ameaça devido a falhas e fraudes

Mesmo com elevada atratividade desse segmento do agronegócio, o setor enfrenta uma grande ameaça que é o risco de perda de confiabilidade no seu principal produto. Isso é consequência da adulteração do leite, que nada mais é do que um comportamento criminoso de alguns agentes da cadeia, excetuando-se os produtores agrícolas que não participam desses atos insanos.

As sucessivas fraudes e falhas na produção e distribuição do leite trazem cada vez mais inquietação aos consumidores. Pelo menos desde 2012 os noticiários trazem a terrível situação da má qualidade do leite no Brasil. São fraudes com ureia, água oxigenada, soda caustica, formol e cloro, entre outros. Os problemas mais recentes ocorreram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Houve inclusive prisões no Rio Grande do Sul de transportadores de leite a granel que fraudavam o produto. Porém, a verificação dos problemas normalmente tem vindo por meio das denúncias dos consumidores. Ora, e aqueles que não perceberam e tomaram o produto tóxico? É o caso de crianças e idosos, por exemplo. O que aconteceu com a saúde deles?

No dia 13 de agosto de 2014 surgiu a denúncia de formol em uma marca de leite em Santa Catarina, cujo lote afetado foi retirado do mercado. Porém, isso é

pouco. Uma fiscalização rígida por amostragem de todos os lotes deveria ser feita urgentemente em todas as agroindústrias brasileiras beneficiadoras de leite e, talvez, com o custo pago parcialmente pelas próprias agroindústrias.

As fraudes no leite prejudicam principalmente dois segmentos da cadeia: os consumidores e os produtores e comercializadores. A saúde e a confiança dos consumidores não podem ser abaladas, pois, traria grave consequência de queda nas vendas e substituição por outro produto. Por exemplo, há quem prefira leite de soja alegando ser menos alergênico.

A existência do selo de certificação do Ministério da Agricultura obrigaria este órgão a garantir a qualidade do produto? Esperava-se que sim, mas não está sendo possível entre outras razões pela defasagem no número de fiscais agropecuários que reivindicam concursos e mais pessoal para a área. Além disso, os principais interessados na boa qualidade do produto são os agentes produtores, agroindustrializadores e comercializadores que poderão ver murchar a demanda pelo seu produto se o consumidor perder o interesse. Isso pode acontecer na situação de suspeita e risco à sua saúde. Essa consideração remeteria a necessidade de ação conjunta dos diversos agentes da cadeia e instituições públicas para garantir a qualidade do produto, pois o governo não dará conta sozinho.

O alerta para a cadeia leiteira é importante pela situação que enfrenta a cadeia da laranja no Brasil e no mundo, que vem amargando sucessivas reduções na demanda, não ocasionadas por suspeita ou risco mas tão somente pela substituição do suco por outras bebidas mais baratas ou que possuem outros apelos. Portanto, à medida que surgirem produtos alternativos ao leite aliado a insegurança do alimento os consumidores poderão migrar reduzindo a demanda ano a ano. Esse é um risco real e forte estímulo aos agentes da cadeia para que coíbam ações oportunísticas deletérias de pessoas criminosas que colocam em risco todo um setor de alimentos no Brasil.

3. Comentários finais

Durante o Congresso Brasileiro de Economia, Sociologia e Administração Rural realizado em Goiânia em Julho de 2014, sugeri aos estudiosos da cadeia leiteira o desenvolvimento de um mecanismo de coordenação para zelar pela qualidade do produto. Isso parece agora estar se concretizando com uma ação conjunta do SEBRAE, Ministério da Agricultura e SENAI. Eles lançaram o Programa Alimento Seguro (PAS) da Cadeia do Leite no Rio Grande do Sul, no dia 8 de agosto de 2014. Tem o objetivo de difundir boas práticas entre produtores, transportadores e agroindústrias (LOEBLEIN, 2014). Porém, desde sempre, zelar pela qualidade de produtos agroindustrializados foi papel de fiscais do Ministério da Agricultura (que confere o selo de inspeção federal às agroindústrias) fiscalização que também cabe à ANVISA. Portanto, o Governo Federal deve assumir o papel de ativamente garantir a

qualidade do leite e a saúde dos consumidores por meio de ações de seus órgãos. Destaque-se novamente que deveria ocorrer a verificação da qualidade de todos os lotes de leite na saída das agroindústrias de todo o Brasil. Tal medida é urgente uma vez que a certificação governamental em todas as embalagens é pré-requisito de funcionamento da empresa, mas que não está funcionando de maneira adequada. Sabemos também que o Ministério da Agricultura sofre com a redução do seu corpo técnico e restrições orçamentárias, o que deve ser corrigido sob pena de problemas ainda maiores nas cadeias de alimentos no Brasil. Informações de Estela Benetti, do Diário Catarinense do dia 19 de agosto de 2014, esclarecem que somente em Santa Catarina estariam faltando 60 fiscais agropecuários para efetuar as fiscalizações que são da alçada do Ministério da Agricultura. Esse déficit de fiscais para atender ao setor foi objeto de preocupação no congresso da categoria, realizado na terceira semana de agosto em Florianópolis.

Mesmo com a dificuldade de falta de pessoal, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) fez operações conjuntas com o Ministério Público de Santa Catarina denominadas de Operação Leite Adulterado I e II. Esta última foi deflagrada no dia 19 de agosto de 2014. Desde o final do ano de 2012 quando ocorreram as fraudes no Estado do Rio Grande do Sul o Ministério da Agricultura passou a proceder a diligências por meio do Programa de Combate a Fraude no Leite (PCFL)¹². Embora tenham feito mais de 100 amostras não verificaram irregularidades. Porém, ainda em 2013, denúncias e novas ações mostraram algumas irregularidades culminando com a identificação do laticínio de Lageado Grande em Santa Catarina. As diversas análises e diligências culminaram com a prisão de 20 pessoas, e interdições de linhas de leite cru, amostragens diversas de diversos laticínios, bem como a exigência de rastreabilidade de cargas de leite cru refrigerado por ação do MAPA.

Referências

- BERTÃO, Naiara Infante. Adulteração do leite é comum e está espalhada pelo Brasil. São Paulo. Veja. 17 maio 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/problema-de-leite-contaminado-extrapolou-rs-e-pode-ser-nacional>.
- LEITE, José Luiz Bellini. Os efeitos do tabelamento de preço e da inflação no padrão de crescimento da produção de leite no Brasil. Economia Rural, Viçosa, MG, v.1, n.13, p.18-24, jan./mar.2002.
- LOEBLEIN, Gisele. Projeto pra leite vem em boa hora. Zero Hora. Porto Alegre, 7 de agosto de 2014, p.22.
- ROCHA, Alda do Amaral. Receita da Lactalis deve somar R\$ 3,5 bi no país. Valor Econômico, São Paulo, Caderno B, p.12, 24 jul. 2014.
- ZOCCAL, R. Efetivo bovino, vacas ordenhadas e produção de leite no Brasil, 1975 a 2010. EMBRAPA Gado de Leite, 2012. Dados originais IBGE/Censo Agropecuário e Pesquisa da Pecuária Municipal.

¹² Ainda em 2013 foi deflagrada a operação Leite Compensado em todo o Brasil por ação do MAPA e Ministérios Públicos dos Estados para estancar as fraudes que parecem generalizadas na produção de leite no Brasil (BERTÃO, 2014).

.....

Este boletim é uma publicação do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail depcnm@cse.ufsc.br. Disponível também na homepage www.cnm.ufsc.br

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Francisco Gelisnki Neto (coord.editorial), Hoyêdo Nunes Lins João R. Sanson e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos*

Apoio: *Departamento de Economia e Relações Internacionais*

Normas para Formatação do Boletim:

Item	Tipo de Fonte	Tamanho da Fonte
Título do artigo	Arial, Negrito	16
Nome do autor	Times New Roman, Itálico	14
Instituição do autor	Times New Roman	12
Texto	Times New Roman	14
Sub-Títulos	Times New Roman, Negrito	14
Bibliografias e cit. longas	Times New Roman	12

Tamanho e margens da página: <ul style="list-style-type: none">- A⁴- 2 cm nas margens2,5 cm nas margens: superior e inferior- Espaço simples entre linhas	Nº de páginas: <hr/> No máximo 04
--	--